

## IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA E O DISCURSO REGIONALISTA NO TOCANTINS

### DEVELOPMENTAL IDEOLOGY AND REGIONALIST DISCOURSE IN TOCANTINS

Roberto de Souza Santos<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo tem por objetivo abordar sobre a ideologia desenvolvimentista e sobre o discurso regionalista no Tocantins. A intenção do texto é comentar e analisar o papel da ideologia desenvolvimentista e o discurso regionalista quando ganham terreno nas questões que envolvem o poder político e econômico para as classes sociais da aristocracia agrária e para a burguesia capitalista e, sobretudo, para a classe política de mandato eletivo como Presidente da República, governadores e parlamentares. O discurso ideológico é também político. No caso da criação do Tocantins, o discurso regionalista surge com o objetivo de formar um imaginário social e cultural e político para despertar na população a necessidade de divisão do estado de Goiás, para alavancar o desenvolvimento regional do Norte goiano. O imaginário é uma força atuante no mundo das ideias e da representação mental das imagens e, parte do pressuposto de que todo pensamento humano é representação que passa pela mediação simbólica – política, ideológica e cultural. Os procedimentos metodológicos para a elaboração do texto passaram por uma revisão bibliográfica de textos e teóricos que debatem sobre o tema em pauta. O que observamos é que a aristocracia agrária regional tocaninense elaborou um discurso em que a divisão do estado de Goiás, seria uma das alternativas para o progresso, a prosperidade e desenvolvimento econômico e social da região Norte goiana que atualmente é o estado do Tocantins.

**Palavras-chave:** ideologia desenvolvimentista, discurso regionalista, desenvolvimento regional.

#### Abstract

This article aims to address the developmentalist ideology and the regionalist discourse in Tocantins. The intention of the text is to comment and analyze the role of developmentalist ideology and regionalist discourse when they gain ground in issues involving political and economic power for the social classes of the agrarian aristocracy and for the capitalist bourgeoisie and, above all, for the political class of elective term as President of the Republic, governors and parliamentarians. Ideological discourse is also political. In the case of the creation of Tocantins, the regionalist discourse appears with the objective of forming a social, cultural and political imaginary to awaken in the population the need to divide the state of Goiás, to leverage the regional development of the North of Goiás. The imaginary is an active force in the world of ideas and the mental

---

<sup>1</sup> Professor do colegiado de Geografia e professor do Programa de mestrado em Geografia no Campus Universitário de Porto Nacional – TO. Email – robertosantos@uft.edu.br

representation of images and, based on the assumption that all human thought is a representation that passes through symbolic mediation – political, ideological and cultural. The methodological procedures for the elaboration of the text went through a bibliographic review of texts and theorists that debate on the topic in question. What we observe is that the regional agrarian aristocracy of Tocantins elaborated a speech in which the division of the state of Goiás would be one of the alternatives for progress, prosperity and economic and social development of the northern region of Goiás which is currently the state of Tocantins.

**Keywords:** developmentalist ideology, regionalist discourse, regional development.

### **Ideologia desenvolvimentista**

O termo ideologia surge no início do século XIX, nas obras de Destutt de Tracy, Cabanis, Volney e De Gérando, autores que foram conhecidos como os “ideólogos”. Para eles, a ideologia seria a ciência da gênese das ideias, cujos resultados serviriam para um melhor ordenamento da vida social. Entretanto, a partir de MARX e ENGELS, os conceitos sobre ideologia passam a ser discutidos tanto no campo das ideias, como no campo político. Para estes autores, a ideologia não é apenas a ciência das ideias, mas, consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, constituindo um instrumento de dominação (CHAUÍ, 1984). Não seria apenas um conjunto de ideias que elaboram uma compreensão da realidade, mas, um conjunto de ideias que dissimulam essa realidade, porque mostram as coisas de forma parcial ou distorcida em relação ao que realmente são (COTRIM, 2001).

Na concepção marxista, a ideologia não é um processo subjetivado consciente, mas, um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos (CHAUÍ, 1984). Ela não pode ser encarada apenas subjetivamente, mas também na sua concretude, e para isso, a legitimação desempenha uma função político-ideológica destinada a dar apoio à existência material da sociedade inteira, inclusive, o Estado (SCHMIDT, 1983). Toma corpo a partir das relações sociais de produção, quando a burguesia industrial procura consolidar suas ideias de dominação. Para MARX e ENGELS, a ideologia é produzida pelas relações sociais e por formas históricas determinadas pelas relações sociais juntamente com a produção das ideias e condições sociais e, adquire consistência no instante em que a divisão social do trabalho separa o trabalho material ou manual do trabalho intelectual (CHAUÍ, 1984).

As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, e estas são concebidas como ideias; em outras palavras, são a expressão das relações que tornam uma classe: a classe dominante; portanto, são as ideias de sua dominação. As ideias muitas vezes servem para mascarar com pretextos legitimadores os motivos reais das nossas ações ou interesses. A ideologia, do ponto de vista da ciência, pressupõe a formação das ideias; tratado das ideias em abstrato; sistema de ideias. Do ponto de vista filosófico, é o conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças etc. que reforçam e expressam as relações que conferem unidade a determinado grupo social (classe, partido político, seita religiosa), seja qual for o grau de consciência que seus portadores tenham. Do ponto de vista político, constitui um sistema de ideias dogmaticamente organizado como um instrumento de luta política.

Teorizar a temática ideologia do desenvolvimento parece pensar nas duas dimensões, a filosófica e a política ao mesmo tempo, e é justamente isso, que a argumentação teórico-metodológica do presente artigo procura delinear. A formação de uma ideologia vem sempre com um discurso, teórico ou não, que não seria possível sem a ação de agentes portadores de valores simbólicos, crenças, ideias e, sobretudo, interesses políticos e econômicos nos quais, há os ideais dogmaticamente organizados como instrumentos de luta político-ideológica, cujo ser ideológico é considerado como a manipulação das coisas no sentido de moldá-las aos objetivos humanos (SANTOS, 1986). É por meio desse discurso que se consolida uma determinada ideologia almejada. Acerca do momento inicial da elaboração da ideologia, assim se expressa CALIXTO (2001, p. 83-5):

... é elaborado, assim, um discurso que, partindo do discurso social (...) e do discurso político (...), se transforma num discurso impessoal sobre a sociedade e sobre a política. Essa passagem do discurso de para o discurso sobre, constitui o primeiro momento na elaboração da ideologia. Além do mais, a ideologia só pode ocorrer concretamente na sociedade histórico-temporal. Exatamente por ser histórica, a sociedade deve compreender o processo por meio do qual a ação dos agentes sociais e políticos lhe dá origem; concomitantemente, precisa admitir seu papel de própria condição para a atuação desses agentes. Em outras palavras, nasce da ação, ao mesmo tempo em que é condição para ação desses agentes...

Tais discursos materializam-se socialmente por meio das práticas sociais, que não podem ser analisadas e entendidas desvinculadas de seu aspecto ideológico, sobretudo quando se incluem as práticas do poder público ocorridas por intermédio das políticas públicas, embora, os atores econômicos também sempre estejam em voga nesse processo.

Entretanto, o desenvolvimento e a difusão dessa ideologia não seriam possíveis sem uma base espacial ou territorial, sendo que é por meio e a partir da diferenciação socioespacial que esse processo ocorre e robustece, até porque o espaço geográfico não se encontra excluído das relações sociais de produção, como tampouco das relações de dominação (CALIXTO, 2001). Sejam elas oriundas do sistema de produção ou do poder público.

Trazendo essa discussão para o território, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como as de classes sociais e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação ou o Estado. Isso significa que, na qualidade de explicação teórica do real (por meio da ciência, da filosofia ou da religião), a ideologia nunca pode explicitar sua própria origem, pois, se o fizer, virá à tona a divisão social em classes e perderá, assim, sua razão de ser, que é a de dar a explicação racional e universal e que deve mascarar as diferenças e particularidades reais.

O território brasileiro é palco geográfico onde se materializam espacialmente grandes transformações espaciais provenientes de toda uma ação racionalizada (*ação zweckrational*<sup>2</sup>) montada a partir de um discurso político-ideológico que emana principalmente do seio dos planejamentos governamentais. Pode-se afirmar que, a partir de 1930, determinadas ações ou posturas políticas do governo brasileiro têm consagrado a ideologia desenvolvimentista com vistas a restabelecer o crescimento e ocupação econômica do território nacional. Isto se verifica principalmente com a implantação do Estado nacionalista de Vargas (1930-45) para se equacionar problemas econômicos como emancipação econômica, industrialização, ocupação do território, remanejamento das relações cidade-campo, ruptura da dependência “semi-colonial”, quando se acaba territorialmente a “economia de arquipélago” e o território nacional passa a ter regiões mais integradas, porém obedecendo a uma sistemática geográfica centro-periferia. O problema da ocupação econômica do território é um postulado da própria criação do Estado Nacional, que representava os interesses dos ideólogos desenvolvimentistas (IANNI, 1996).

---

<sup>2</sup> Para WEBER (apud ARON, 2000, p. 448), a ação racional em relação a um objetivo, (...) ação “zweckrational”, é definida pelo fato de que o ator concebe claramente seu objetivo e combina os meios disponíveis para atingi-lo.

Nascida por causa da luta de classes e por injunções políticas e econômicas dos atores sociais, a ideologia é um corpo teórico (religioso, filosófico ou científico) que não pode pensar a luta de classes que lhe deu origem. Na qualidade de um conjunto de regras práticas, a ideologia possui uma coerência racional, pela qual precisa pagar um preço. Esse preço é a existência de “brancos” ou de “silêncios” que nunca poderão ser preenchidos, sob pena de se destruir a coerência ideológica, pois o discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas “partes” ou entre suas “frases” há “brancos” ou “vazios” responsáveis pela coerência. Esses “vazios” é que dão coerência à ideologia, pois, se for plena não constitui uma ideologia, mesmo porque nem tudo pode ser esclarecido. Por exemplo, falar em ideologia dos dominados é um contra-senso, visto que a ideologia é um instrumento de dominação (CHAUÍ, 1984). Em suma, a ideologia sempre se cristaliza na contradição<sup>3</sup>.

Na presente argumentação teórico-metodológica, o significado de ideologia é bem preciso: traduz-se no discurso com explícita e nítida orientação política. Isto é, ideologia, aqui, é posição a serviço de algum interesse pessoal e social, eminentemente justificadora e sempre sugere um dever ser (DEMO, 1995), tal como aparece no conceito de MARX. É a partir dessa premissa que nasce uma postura político-ideológica da burguesia capitalista, que passa por um processo de racionalização e materializa-se no plano da ação coletiva (ou por meio da ação social, como propõe WEBER (2001)). E quanto a ideologia desenvolvimentista, deve ficar claro que é a postura política dos atores sociais em terem uma filosofia unilateral baseada no pensamento que considera o crescimento econômico e o progresso socioeconômico como fenômenos naturais e necessários da nossa atual sociedade.

Convém enfatizar, ainda, que a ideologia desenvolvimentista, articulada com o vetor técnico-científico, desdobrou-se em um projeto geopolítico da modernidade. A partir dos anos de 1970, o governo militar construíram tal projeto, o qual tinha intencionalidade, no domínio do vetor científico-tecnológico, do controle do tempo e do espaço com vistas a construir o Estado almejado. O projeto geopolítico dos governos militares implantou o tripé de políticas territoriais no espaço-tempo, isto é, a implantação da fronteira científico-tecnológica; a rápida integração de todo o território nacional

---

<sup>3</sup> As contradições não existem como fatos dados no mundo, mas são produzidas e se estabelecem entre homens reais, em condições históricas e sociais reais e nas disputas políticas e econômicas entre os atores sociais (CAHUÍ, 1984).

incorporando a Amazônia; e a projeção do Brasil no espaço internacional. Sobretudo, adotou uma urbanização estratégica para o desenvolvimento. Pode-se afirmar que o projeto geopolítico da modernidade tentou completar a construção do território por meio da imposição de sua malha programada, estendendo as fronteiras além das possibilidades de pleno controle nacional, até porque a leitura do território permite desvendar os interesses em jogo no processo de reestruturação da economia e da sociedade (BECKER; EGLER, 1994).

Nesse projeto geopolítico da modernidade, tanto as forças políticas como os empreendimentos do conhecimento técnico-científico fizeram-se presentes. Para ROUANET (1987), esse empreendimento geopolítico, na verdade, não passou de um novo “irracionalismo brasileiro”, que vigorou durante vinte anos de regime autoritário, quando a razão parecia encarnar-se exclusivamente em duas lógicas radicadas na esfera sistêmica, que são a razão de Estado e a razão econômica. Os tecnocratas falavam em nome de uma razão sistêmica global que não deixava espaços para uma racionalidade alternativa. Se o modelo político e econômico implantado no Brasil representava a razão, não era possível contestá-lo senão contestando a própria razão. De um lado, durante o governo autoritário, a população brasileira ficou fora da história e, de outro lado, os tecnocratas fizeram sua própria história.

Na esfera federal, o governo federal teve participação relevante na construção do território brasileiro. Ele é um dos atores sociais e político que estabeleceu compromissos institucionais e garantiu a modernização do setor agrícola por meio de investimentos públicos. Atuou também no provimento e na estruturação do espaço agrário e na ocupação do território nas áreas de cerrado, dando respaldo à gestão do território local. Porém, atualmente, com o Estado neoliberal, os investimentos no setor agropecuário estão cada vez mais concentrados na esfera da iniciativa privada.

Em resumo, toda esta ideologia desenvolvimentista é composta de ingredientes, que nada mais nada menos, de uma racionalidade que procura dominar tanto o homem pelas suas artimanhas de controle social como dominar a natureza através do conhecimento técnico-científico. Em termos nacionais, a ideologia desenvolvimentista foi delineada pelo Estado brasileiro para formar o Estado nação que representasse os interesses da burguesia industrial e da aristocracia agrária. No próximo item, debateremos sobre o discurso regionalista no Tocantins.

### **Discurso regionalista no Tocantins**

O discurso regionalista surge com o objetivo de formar um imaginário social, cultural e político para despertar na população, a necessidade de divisão do estado de Goiás para alavancar o desenvolvimento regional do Norte goiano. O imaginário é uma força atuante no mundo das ideias e da representação mental das imagens e, parte do pressuposto de que todo pensamento humano é representação que passa pela mediação simbólica. O imaginário social é construído por discursos da mídia e pelos movimentos sociais a partir de seus interesses culturais e políticos. Os movimentos podem ser mobilizados por classes sociais ou grupo de pessoas que têm interesse em comum. No caso da criação do estado do Tocantins, uma classe social – a aristocracia agrária se mobilizou em prol de um movimento no sentido de criar uma identidade cultural regional no norte goiano.

Em 1981, um grupo de intelectuais nortenses radicados em Brasília e apoiados por fazendeiros da região, decidiu criar a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano. A preocupação dos intelectuais da CONORTE era, sobretudo, com a construção da identidade regional. Segundo Oliveira (1998), em 1987, por exemplo, na ocasião da festa dos estados, a CONORTE realizou uma mostra de cartazes, poesias, textos e hinos, intitulada *Estou Goiano, mas sou Tocantinense*, com o intuito de chamar a atenção para o significado das imagens que simbolizam a identidade da região. “Este grupo tinha como objetivo organizar a luta separatista através de estudos e debates sobre o potencial político-econômico da região (...)” (OLIVEIRA, 1998, p. 32). No primeiro Congresso da CONORTE, realizado no mês de abril de 1982 em Brasília (participaram representantes do governo federal, estadual, lideranças políticas e autoridades da região nortense), o debate sobre a questão regional esteve centralizado na necessidade de apresentar um diagnóstico positivo, sobre a capacidade de auto-gestão da região e da sua identidade sociocultural.

A intenção real do movimento (CONORTE) de criação do estado do Tocantins e dos divisionistas foi, sobretudo, consolidar os interesses da elite regional. Um deles foi favorecer a regularização fundiária na região e agilizar a demarcação e divisão das terras para incrementar o processo produtivo. O movimento separatista organizado pela CONORTE foi um movimento ideológico, mas também uma política concreta, para isso,

elaborou uma análise dos vetores de potencial econômico e político da região para divulgar em prol do movimento separatista. Fez crítica ao governo estadual de Goiás e federal por não dar importância econômica a região. Alegava que o Norte goiano precisava sair da tutela do governo de Goiás, que tinha olhos para a região somente durante as campanhas eleitorais.

A formação da estrutura política do estado do Tocantins, depois de sua criação estava garantida pelo texto constitucional. Com isso foi necessário articular a composição do primeiro governo e a escolha da nova capital e apontar os possíveis candidatos no caso de eleição. Para sediar a nova capital, houve uma disputa entre os municípios do estado. Segundo Cilli (2013) surgiu uma proposta de governo de coalizão, articulada por uma aliança dos partidos: PMDB, PDC e PDS, sob o discurso de oferecer um governo moderno para o Tocantins que serviria de exemplo, para os estados mais tradicionais, sem incidir em nepotismo, corrupção e ineficiência administrativa.

Os governadores e a classe política estadual procuraram desenvolver uma política de criação de novos municípios. O procedimento político e a iniciativa de criação de novos municípios representam uma política de promoção para desenvolvimento regional. Mas, a criação de novos municípios no Tocantins efetivamente não traduz em melhores condições sociais para a população. A política de emancipação ou criação de novos municípios é de interesse dos caciques regionais, pois eles poderão adquirir poder, mais recursos públicos para seus comparsas regionais, se eleger para deputado estadual, federal, criar empregos para seus parentes etc. Este cenário continua até os dias atuais no estado. O que acontece na verdade é que essa visão patrimonial e coronelista em Goiás é histórica. A elite política e econômica regional viram a política de criação de novos municípios, a possibilidade de conquistar eleitores para se promover nas várias estâncias do poder. Com essa possibilidade, elaborou um discurso regionalista em prol de uma política de criação de novos municípios no Tocantins.

### **Discurso regionalista e desenvolvimento regional: relações político-ideológicas coronelistas**

O coronelismo no Norte goiano é objeto de análise de Palacín (1990) que aborda as disputas e pactos coronelísticos, que movimentaram a cena política, religiosa e das

relações de trabalho entre os anos de 1890 a 1930. Para Palacín, os chefes locais e coronéis na maioria das vezes, grandes proprietários de terra, eram vinculados diretamente a política. De acordo com Cavalcante (2003) e Lira (2011), em Goiás atuava um coronelismo baseado na dominação familiar e individual. Esta estrutura social, política e econômica permite uma vinculação entre as elites políticas regionais e os partidos políticos para defender os seus interesses.

Esta estrutura de poder foi construída historicamente no país. Com a expansão capitalista no Brasil, deu-se o centralismo político-administrativo pelo crescente papel do Estado na economia, em consequência, o enfraquecimento dos poderes locais, isto é, as oligarquias agrárias regionais também. Nesse vácuo, as multinacionais do agronegócio impõem o seu poder. Também urge uma burguesia industrial nacional forte. Constrói no espaço nacional, a espacialidade do capitalismo industrial: centro/periferia. O Sudeste passa ser o centro dinâmico e demais regiões a periferia. E a Amazônia continua sendo uma região periférica do país. A burguesia industrial a partir da segunda metade do século XX, se apropriou do poder econômico e político, mas faz uma aliança com a aristocracia agrária, como afirma, Silva (2014). Principalmente com a chegada das multinacionais do agronegócio.

Houve uma integração do capital agropecuário com o capital industrial. Estas duas classes sociais - a aristocracia agrária e burguesia industrial se fortaleceram com o apoio do Estado. O Estado financiou a produção industrial, mas também financiou e continua financiando a aristocracia agrária. Na Amazônia, os programas de desenvolvimento regionais tiveram um papel importantíssimo para implantação e fortalecimento da aristocracia agrária e posteriormente, do agronegócio na região. Autores como Gonçalves (2019) e Oliveira (1991) e (1993) sinalizam que os programas de desenvolvimento regional e de fomento agrário implantado a partir de 1970, como o Polamazônia, desempenharam papel decisivo no processo de acumulação do capital agroindustrial no campo. São fundamentais para oxigenar os empreendimentos econômicos agrários na Amazônia através de implantação de obras de infraestrutura, armazenagem, estradas e aplicação da pesquisa científica na agropecuária comercial em grande escala na região para elevar a produtividade, dentro de uma lógica socialmente excludente.

Paralelamente aos investimentos, a aristocracia agrária trabalha com um discurso político-ideológico na forma de propaganda de cunho positivista para manter e reproduzir o processo de modernização no território. Ou seja, o Estado por meio de suas políticas territoriais impulsionou o poderio ideológico e econômico da aristocracia agrária, que aqui no texto é entendida como agronegócio no mundo atual. Com isso, permitiu a territorialização do agronegócio de forma contraditória nas várias regiões do país. Os processos de territorialização do capital agrário juntamente com as políticas públicas de desenvolvimento construíram e constroem um espaço contraditório espelhado na lógica do capitalismo - um espaço de conflitos socioterritoriais.

Em resumo, a reprodução da aristocracia agrária depende fundamentalmente, das políticas públicas de investimento instituídas pelo Estado. O Estado tem um papel importante na reprodução e manutenção do capital e, por conseguinte, das classes sociais capitalistas, como as classes vinculadas a atividade econômica industrial e as classes vinculadas a atividade econômica agropecuária. A mão invisível do mercado aposta na liberdade de circulação e distribuição de mercadorias, isto é, livre da regulação e burocracia do Estado. Mas, quando se trata dos investimentos em infraestrutura, tecnologia e sobretudo o financiamento da produção, é necessário que o Estado entre em cena. A burguesia nega o Estado, mas precisa dele para se reproduzir.

A aristocracia agrária regional e o agronegócio porta de um discurso em que o Estado não deve cuidar de nenhuma empresa, qualquer atividade econômica ou serviço que o Estado atua, deve passar para os empresários. Mas, o que sabemos é que Estado continua muito generoso para com o capital. O capital para se reproduzir precisa da atuação do Estado a seu favor. Entretanto, para a burguesia continuar no comando do poder, há a necessidade de construir um discurso político-ideológico para defender os seus interesses locais, regional, nacionais e internacionais. Como vimos nos parágrafos anteriores, na região do Tocantins, a aristocracia agrária vem construindo um discurso regionalista já algum tempo. Atualmente, ou seja, no final do século XX e XXI, aristocracia agrária regional e o agronegócio procurou construir um discurso regionalista apoiado no desenvolvimento regional de infraestrutura viária e logística dos transportes. Com destaque nas hidrovias e a ferrovia Norte Sul.

Para os promotores da ferrovia, no trecho entre os municípios de Palmas no estado do Tocantins e Anápolis no estado de Goiás, com 855 km será o indutor do

“crescimento auto-sustentável” na região Centro-Oeste e, especialmente, proporcionará benefícios socioeconômicos aos estados de Goiás e Tocantins. Tendo em vista a relevância do projeto, já está implantando nos estados de Goiás e Tocantins e consolidará o desenvolvimento do corredor Centro-Oeste e, irá impulsionar a produção na área do cerrado e promover milhares de empregos diretos e indiretos na região. O discurso é que onde a ferrovia vai passar, vai proporcionar a articulação entre o sistema fluvial da Bacia Amazônica e o sistema ferroviário nacional e, reduzir o custo dos transportes, o consumo de combustíveis, os pesados ônus de manutenção do modal rodoviário e os índices de acidentes nas rodovias. A ferrovia irá constituir em um dos vetores dinamizadores das atividades agrícolas e minerais de toda a área beneficiada, promovendo o surgimento de novas indústrias, o crescimento do comércio e a criação de milhares de empregos.

Convenhamos, é uma promessa que temos que esperar para ver. O que vemos é que a ferrovia vai beneficiar os exportadores de *commodities*. Empiricamente, podemos observar que há um único tipo de carga principal transportada, que são os de *commodities* agrícolas, para embarque ou desembarque. Em outras palavras, fica claro que o objetivo principal da construção da ferrovia é contribuir para do desenvolvimento das atividades econômicas do agronegócio na região. Para os promotores da ferrovia, ela representa o símbolo do desenvolvimento regional e local e prosperidade e do crescimento econômico. A burguesia e oligarquia agrária da região procuram construir no imaginário social da região, esta imagem da ferrovia.

Os projetos de desenvolvimento regional baseados na criação de corredores de exportações ou eixos de desenvolvimento estão atrelados aos interesses das transnacionais que, na busca da mais-valia, procuram reorganizar o território de forma a selecionar locais estratégicos para seus investimentos. Compartilhamos com o raciocínio de Silva (2010), que na sociedade capitalista contemporânea as corporações são agentes extremamente poderosos de reorganização territorial. A busca de lugares e regiões privilegiadas através de alianças políticas e redes técnicas estão na base da logística das corporações. A partir deste pressuposto, podemos afirmar que as localizações e interações definem a escala espacial de atuação da corporação.

A localização estratégica e a instrumentalização do território, para fins de inserção dos lugares nos circuitos produtivo-mercantil-financeiros globais, são requisitos básicos à expansão do agronegócio em áreas da Amazônia. Daí, a construção de novos

corredores de exportação em direção ao Norte do país. Além do papel da logística, as corporações agroempresariais organizam o território em rede densa, ramificada, envolvendo localizações em áreas e pontos, tais como lavoura, armazéns, cidades, portos, hidrovias, ferrovias, etc.

Apesar dos investimentos e da atuação das políticas de desenvolvimento regional no Tocantins, a economia do estado está hoje concentrada basicamente no setor primário (agricultura, pecuária, extração vegetal e mineral). No Tocantins, as ideias que orientam a maioria das administrações (estaduais e municipais) ainda são o clientelismo e a subordinação aos interesses das oligarquias locais e regionais. É importante notar que a tradicional política assistencialista e eleitoreira ainda tem um peso significativo e decisivo na manutenção dos setores políticos conservadores. As posições políticas que predominam na política estadual são baseadas numa lógica de centralização do poder político.

### **Reflexões finais**

As estruturas do poder no Tocantins ainda é um lugar da reprodução do poder das oligarquias e das famílias tradicionais que comandam o poder público como uma propriedade particular. Somado isso à fragilidade política das organizações populares, à ausência de instituições relativamente autônomas ao nível dos municípios, cria um cenário de corrupção e direciona os benefícios das políticas públicas de desenvolvimento para determinados segmentos sociais. O círculo vicioso da falta de novos atores políticos no processo de discussão, planejamento e execução das políticas públicas, reproduz a corrupção, a impunidade, a miséria social. O resultado é marcado pela incompetência do poder público para desempenhar papel de promotor da cidadania e da inclusão social.

A chamada guerra fiscal, prática crescente principalmente entre os governos estaduais, privilegia determinados grupos econômicos com isenções fiscais, infraestrutura etc., reforçando as diferenças regionais. Em Tocantins, pode se dizer que a concentração do “desenvolvimento” ao longo do eixo da rodovia Belém Brasília é fruto das políticas que favorecem grupos econômicos beneficiados pelos incentivos fiscais. A participação popular na elaboração de políticas públicas é fundamental para o desenvolvimento social nos municípios e construção de planos de desenvolvimento

regional e local. Em uma análise superficial, percebemos que a população, não se mobiliza para melhorar as condições sociais locais, entretanto, as mobilizações sociais estão presentes em todo o estado, mas de forma fragmentada e pontual, o que dificulta a mobilização popular mais ampla e organizada politicamente. O que acontece é que as mobilizações sociais e populares são “invisíveis” para a imprensa burguesa e aí, não é noticiada nos meios de comunicação comercial como rede Globo.

## Referencias

- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BECKER, Bertha B. EGLER, Cláudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.
- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. As articulações político-ideológicas do poder público no processo de (re)definição da diferenciação sócio-espacial. **Boletim Paulista de Geografia- AGB**. São Paulo: 2001.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Editora da UCG, 2003.
- CHAUÍ, Marilene Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CILLI, Michelle Araújo Luz. **A atuação do poder legislativo no Tocantins: desenvolvimento e práticas patrimonialistas**. Palmas – TO. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, 2013.
- COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 15<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GONÇALVES, C.W.P. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia Legal**. Goiânia-GO: Kelps, 2011.
- OLIVEIRA, A.U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1993

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1991.

OLIVEIRA, Rosy de. **O movimento separatista do Tocantins e a CONORTE (1981-1988)**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP – 1998.

PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás**: Padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Carlos et al. O conceito de extenso. In: -----, **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SCHMIDT, Benício Viero. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade de Porto Alegre, 1983, p. 12-48.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 7, p.91-107, jan./jul. de 2010.

SILVA, F.M.G. **Questão agrária e modernização no Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Sociais Instituto de Estudos Sociais e Políticos/UERJ, Rio de Janeiro, 2014.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001. Parte 1.